

# Um acordo nos moldes mexicanos, o máximo que o Brasil pode esperar

por Celso Pinto  
de Brasília

Os bancos internacionais foram bastante flexíveis no acordo que estão concluindo com o México, e este é o limite do que poderia esperar o Brasil em suas negociações. O acerto brasileiro deve estar concluído antes do final do ano e contará, certamente, com o endosso de ambos candidatos à Presidência. Só se adiará a negociação para o início do próximo ano caso um ou ambos os candidatos desautorizem os atuais negociadores brasileiros ou os termos do acerto.

E com base num cenário deste tipo que trabalha uma importante fonte diplomática, que acompanha de perto o processo de negociação da dívida externa. Otimista, a fonte aposta que prevalecerá uma "visão realista" na próxima rodada de acerto externo, o que permitiria um processo relativamente rápido de negociação.

A fonte acredita ter havido um substancial avanço na postura dos bancos internacionais em relação à questão da dívida, com os termos em que estão trabalhando com o México (prazo de até catorze anos, "spread" de 1,125%, pacote plurianual envolvendo cinco anos, e parte do estoque da dívida). Mas, ao contrário do que têm sugerido algumas autoridades brasileiras, não imagina que o Brasil possa ir além disso e admite que fique aquém.

## CAPITALIZAÇÃO

Exclui, por esta razão, a idéia de "rachar" a negociação em dois blocos: um deles incluindo capitalização dos juros, com os bancos europeus (e, possivelmente japoneses), outro, sem capitalização, com os bancos norte-americanos. O ministro da Fazenda, Ernan Galvão, disse, recentemente, que este poderia ser um ingrediente novo da "fase 3" da negociação brasileira. "Isso não seria um mecanismo natural de mercado, e o governo brasileiro tem dito que não quer sugerir fórmulas que contrariem os princípios do mercado", argumenta o diplomata.

tro lado, suas previsões também são otimistas. Ao contrário de vários analistas internacionais, esta fonte imagina que as taxas de juros norte-americanas cairão, em termos reais, a partir do início do próximo ano. Por uma simples razão: apurados os votos presidenciais norte-americanos em novembro, será impossível à próxima administração deixar de enfrentar com algum vigor a questão do déficit público interno. Se, como é muitíssimo provável, vencer Ronald Reagan, isto se faria basicamente por cortes de despesas; se o vencedor for Mondale, por criação ou elevação de impostos. Em qualquer hipótese, teria um reflexo benéfico sobre as taxas de juros.

A fonte também não acredita num processo recessivo na economia norte-americana no próximo ano, mas na manutenção de uma taxa razoável de crescimento. Somadas ambas as condições — juros mais baixos e crescimento razoável —, estaria desenhada a principal colaboração que o governo norte-americano poderia dar para a solução do problema da dívida dos países subdesenvolvidos. Este seria mais um passo no caminho do "paraíso".

Esta é a direção central em que deve caminhar o processo. Neste contexto, como se vê, negociações multilaterais entre países credores e devedores teriam um papel marginal, em grande medida irrelevante.

## MAR DEL PLATA

Os onze países devedores latino-americanos que constituíram o chamado "grupo de Cartagena", em junho, e que estão reunidos em Mar del Plata, nesta semana, querem armar uma rodada de negociação política com os países credores, se possível já no início do próximo ano, e que utilize como roteiro as reivindicações listadas no "consenso de Cartagena". A administração norte-americana já demonstrou

Para esta fonte, não faz nenhum sentido pensar numa negociação externa, neste ano, que não inclua uma consulta aos dois candidatos à Presidência, ainda que informal. Por essa razão, não acredita que o processo se arraste até janeiro ou mesmo março do próximo ano à espera de uma definição do jogo sucessório. Isto só aconteceria caso um dos candidatos vetasse os termos desta negociação, o que a fonte acha improvável.

Alias, a fonte, que cultiva e tem sólido conhecimento do processo político brasileiro, não se alinha entre os que apostam numa radicalização no tratamento da questão da dívida externa pelo próximo presidente. Admite que a retórica dos candidatos tem sido dura nesta área, mas não acha que ela se traduzirá em ações radicais, como uma ruptura com os credores. Ao contrário, está convencida de que a negociação deste ano será um passo largo em direção à normalidade, ou "ao paraíso", na imagem que gosta de utilizar.

O "paraíso" seria a volta do Brasil ao mercado internacional de capitais, como tomador normal dos recursos que necessitar, algo que prevê para talvez dentro de uns três anos. Até lá, o próximo presidente já poderá contar com uma situação econômica interna, fruto do programa de ajuste, que permitiria sustentar um nível razoável de crescimento.

## TAXAS MENORES

Na área externa, de ou-

considerar desnecessária a formação de mais um grupo multilateral de discussões, quando existem tantos a disposição nos organismos internacionais (como o FMI, BIRD, GATT, etc.).

Esta postura torna mais remota a hipótese de se acertar, rapidamente, uma reunião multilateral, mas não quer dizer que esteja havendo ostensiva hostilidade dos países credores à iniciativa dos devedores latino-americanos. Ao contrário, a fonte diplomática diz que houve inequívoca prova de seriedade nos resultados do encontro da Cartagena, uma virtude que atribui, em especial, aos méritos técnicos e políticos da participação brasileira. Da mesma forma, a fonte considera legítimo o Brasil abrir este "front" político paralelo à discussão da dívida e até utilizar os avanços neste foro como arma de barganha junto aos bancos internacionais.

A questão-chave é outra: a fonte não acredita que por esta via os países devedores consigam mudar o processo de negociação dos trilhos em que está colocado hoje. Há alguns meses, admite o diplomata, havia o temor de que a intransigência argentina pudesse radicalizar os termos da discussão e "contagiar" outros devedores. Hoje, segundo a mesma fonte, este receio está afastado: poucos duvidam de que a Argentina, cedo ou tarde, fará um acerto com seus credores em moldes semelhantes aos já feitos pelos outros grandes devedores.